

# A CONSOLIDAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO POLÍTICA

Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima – IFB

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – UnB

## Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também chamados apenas de Institutos Federais (IF), foram criados pela lei nº 11.892 de 2008. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, são considerados como instituições de educação superior, básica e profissional. Sendo assim, dentre seus objetivos, os IF devem oferecer educação profissional, educação básica integrada ao ensino profissional, além da educação superior – cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, além da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A criação dos Institutos Federais, acompanhada por sua expansão pelo território brasileiro, faz parte das políticas de expansão da educação profissional e superior, iniciadas durante o governo do então presidente Lula. De forma a assegurar essa política, há, na lei nº 11.892/2008, em seu art. 8º, a prerrogativa de que os IF devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e 20% de suas vagas para cursos voltados para a formação de professores (BRASIL, 2008). Ou seja, o foco dos Institutos Federais se volta para o ensino técnico de nível médio e a formação de professores, visto que estes devem estar presentes em todos os IF, e em um número especificado de vagas.

Os IF constituem uma rede, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), que inclui:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008, art. 1º).

No entanto, desses integrantes, os IF são aqueles que estão presentes em todo o território nacional - atualmente todos os estados brasileiros possuem, no mínimo, um Instituto Federal. No total, há 38 Institutos, cada um com seus diversos *campi*. Desta forma, há, por todo o Brasil, instituições federais tecnológicas orientadas pelos mesmos

pressupostos políticos educacionais, se consolidando por meio de uma política de expansão do ensino profissional que compreende diferentes níveis educacionais – a educação básica integrada ao profissional, o ensino técnico e o ensino superior.

Os Institutos Federais provêm da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Traz, assim, uma nova situação da educação profissional brasileira, colocando em evidência a importância de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país. De outra forma, esta transformação se limita somente ao nome. Assim, parte-se do pressuposto que os Institutos Federais representam um novo *locus* educativo. Mais do que isso, um *locus* em expansão.

A presença dessas instituições por todo o território brasileiro, aliada ao fato de se pretenderem atuar em diversos níveis de escolaridade, demonstra que há uma expectativa de consolidação de uma concepção política de educação brasileira. Sendo assim, abre-se espaço para questionamentos a respeito dos movimentos políticos que realizam a concretização dos Institutos Federais, apontados como um novo tipo de instituição profissional e tecnológica.

A partir daí, questiona-se: Quais os pressupostos políticos que permeiam a proposta dos Institutos Federais como novo *locus* educativo no Brasil?

Assim, a pesquisa tem como objetivo compreender os pressupostos políticos da efetivação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para isso, pretende-se entender este fenômeno em seu contexto histórico, político e social, contribuindo com o debate sobre a consolidação dos Institutos Federais.

### **Percurso metodológico**

A presente pesquisa parte do entendimento que o mundo dos fenômenos, e a forma como eles são percebidos, difere da essência desses próprios fenômenos. “O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p. 15). Portanto, a essência se manifesta no fenômeno, mas para captá-la é necessário o trabalho dialético. Pois, ao permanecer no mundo dos fenômenos, compreendendo estes como independentes de uma totalidade e percebendo sua evidência como sua essência, estabelece-se o mundo da

pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976). Neste mundo, os fenômenos apresentam características de neutralidade e naturalidade, com uma apreensão imediata na consciência dos indivíduos.

Compreendendo o objeto de conhecimento como independente do sujeito, a base lógica da presente investigação será a dialética entendida a partir do materialismo histórico. Desta forma a pesquisa deve iniciar-se pelo existente, pelo concreto-dado (SILVA, 2008). Afinal “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 20). Na perspectiva de Frigotto (2001), ao analisar o método de pesquisa, informa que para esta ser materialista e histórica há que se dar conta da totalidade e do específico, e para tal, a mediação e a apropriação são necessárias, trazendo a objetividade e suas relações conflitantes.

Nessa perspectiva, para apreender a realidade concreta a que se refere o objeto da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, além da busca e análise de documentos oficiais produzidos e publicados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que trazem concepções políticas para a implantação e consolidação dos Institutos Federais. Esses documentos foram alcançados por meio do compartilhamento de arquivos proporcionados pela internet.

A partir das fontes buscadas, foi efetuada uma análise dos materiais, a partir das categorias materialista-históricas – totalidade, contradição e mediação – utilizando a compreensão da análise de discurso. Vale ressaltar que a análise de discurso é uma disciplina de interpretação dos discursos, compreendendo sua indissociabilidade com as ideologias. Portanto, para se realizar a análise do discurso imersa na epistemologia materialista-histórica, se utiliza da compreensão linguística de Bakhtin (2010), que explica que a língua é um fenômeno histórico, e que sua expressão constitui a consciência, e não o contrário.

Desta forma, a pesquisa se aproxima das concepções ideológicas presentes nos discursos relativos à consolidação dos Institutos Federais, considerando seu o contexto econômico-social. Para isso, apresenta-se um breve histórico sobre as instituições de educação profissional, e de suas transformações, que culminaram na criação dos Institutos Federais.

### **Contextualização dos Institutos Federais**

Os Institutos Federais se originam das primeiras escolas de caráter profissional no Brasil, as Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas em 1909. Subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, destinavam-se ao ensino profissional primário gratuito, modificando a preocupação assistencialista, de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional.

Tal conjuntura reflete as considerações de Gramsci (2000, p. 17), que constata que “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto às clássicas destinava-se às classes dominantes e intelectuais”. Pode-se entender que essas escolas ajudavam a manter a divisão social do trabalho, entre instrumental e intelectual, sendo seu foco a promoção de cidadãos úteis. Para ser admitido nessas escolas, havia como pré-requisito “não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício” (BRASIL, 1909, Art. 6º, alínea *b*). Percebe-se uma vocação para a formação de mão de obra que seja capaz de assumir seu ofício com eficiência, com uma preocupação em relação à classe mais baixa da sociedade, a qual essas escolas se destinavam. O ensino profissionalizante era fragmentado, dispersivo e destinado aos desfavorecidos de fortuna e aos marginalizados que já perambulavam pelas ruas desde o final da escravidão (SANTOS, 2004). Ou seja, essas escolas atendiam aos interesses das classes dominantes, com uma preocupação utilitária para a classe dominada.

Em 1937, passaram a ser conhecidas como Liceus Industriais, que, apoiados pela Reforma Capanema, tiveram seu ensino profissional considerado de nível médio. Posteriormente, em 1942, os Liceus tornaram-se Escolas Industriais e Técnicas e ofereciam a formação profissional em nível equivalente ao secundário. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram denominadas Escolas Técnicas Federais, na forma de autarquias com autonomia didática e de gestão. O objetivo dessas escolas é ampliado para “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos” (BRASIL, 1959, Art. 1º, alínea *a*).

No ano de 1978, a Lei nº 6.545 transformou três Escolas Técnicas Federais – Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro – em Centros Federais de Educação Tecnológica. No contexto das reformas educacionais do início da década de 1990, outras Escolas Técnicas

Federais e Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Isso se deu por meio do Decreto nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Em 1997, o governo federal iniciou a reformulação do ensino técnico e por meio da publicação do Decreto nº 2.208, descaracterizando o perfil das Escolas Técnicas, que era o de formar técnicos de nível médio, e amplia seu campo de atuação para a formação de pessoas em qualquer nível de escolaridade, com a possibilidade de ministrar cursos de qualificação básica, além de cursos técnicos de nível médio e cursos de nível superior (SANTOS, 2004). No artigo 5º do referido decreto, é eliminada a integração entre os ensinos médio e profissional e determina que a conclusão do ensino médio deva ser a condição para a obtenção da certificação em nível técnico.

O ensino profissional passou a ser estruturado sob a égide da flexibilidade, podendo ser ofertado por meio de módulos independentes, que podem levar à certificação terminal ou a certificações parceladas de qualificação profissional (SIMÃO, 2004). A implantação desta forma de educação profissional extinguiu os cursos técnicos integrados, que realizavam o ensino médio em articulação com o conhecimento técnico específico.

Silva (2006) explica que essa separação aconteceu sob a justificativa de adequar a formação profissional às demandas do mundo do trabalho, bem como dar caráter próprio ao Ensino Médio, como propulsor da continuidade da educação. Afirma, ainda, que este Decreto representa um retrocesso para a construção de uma prática pedagógica que rompia com uma concepção tecnicista de educação profissional. Na nova forma, a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade, sem propiciar o conhecimento dos fundamentos da habilidade (SANTOS, 2004).

Pires e Franco (2007) afirmam que, nesse contexto, essas escolas, que eram consideradas centros de referência na formação de profissionais, inseriram-se em um novo modelo, de formação mais rápida, diversificada, em consonância com o mercado de trabalho, com os interesses do capital e das políticas neoliberais, mas nem sempre em consonância com a identidade da instituição.

Em 2005, o CEFET Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sendo a única universidade, até os dias de hoje, proveniente da educação profissional. Neste mesmo período, por meio de políticas do governo federal que buscavam

ampliar a educação profissional, deu-se o processo de expansão da rede federal de educação profissional. Ainda com a expansão em percurso, é criada a lei nº 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008, que estabelece no âmbito do Ministério da Educação (MEC) o modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir dos CEFET, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, criam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O CEFET-RJ e o CEFET-MG não aderiram ao novo modelo proposto de educação profissional e tecnológica, revelando que há resistências, no âmbito da sociedade civil, para essa proposta.

Como indica Cunha (2010), o histórico dessa instituição registra várias transformações na sua missão institucional. A primeira missão consistiu em capacitar os desvalidos da sorte, o que na época significava oferecer capacitação para a execução de um ofício, em nível de, hoje conhecido como, ensino fundamental. Atualmente, essas instituições se voltam para os dois níveis de educação no Brasil: a educação básica e o ensino superior.

Essa profusão de nomes significou, em um século, seis ajustamentos de identidade institucional e, de acordo com Cunha (2010), trouxeram mudanças, indefinições, ambiguidades e inseguranças aos seus alunos e professores, em face das demandas da sociedade por qualificação profissional. Além disso, o histórico e criação desses institutos são permeados por acontecimentos políticos e econômicos, que definem o caminho, não apenas dos IF, mas de toda configuração da educação brasileira. Afinal, as mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrem fazem parte do contexto que justifica, em tese, as reformas educacionais (MAIA FILHO; JIMENEZ, 2004).

Desta forma, cabe a tentativa de compreender como a consolidação dos Institutos Federais é influenciada e influencia no ordenamento econômico social atualmente vivenciado. Nesta direção, realiza-se uma aproximação dos discursos políticos, visando compreender, por meio da análise do discurso, seus pressupostos.

### **Uma aproximação dos pressupostos políticos**

Buscando analisar os pressupostos políticos que permeiam a consolidação dos Institutos Federais a partir de suas concepções ideológicas, foram selecionados, além da lei nº 11.892/2008, que cria os IF, documentos veiculados pelo portal eletrônico do Ministério

da Educação, disponíveis do sítio eletrônico da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC<sup>1</sup>. Desta seleção, três documentos, produzidos e publicados pela SETEC, traziam concepções políticas para a consolidação dos Institutos Federais. Os documentos são: (1) *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (PACHECO, [2010]); (2) *A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica* (PEREIRA, 2009); (3) *Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

O texto *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (PACHECO, [2010]) tem como autor o Eliezer Moreira Pacheco, que atuou como secretário da educação profissional e tecnológica – SETEC/MEC, do final de 2005 ao início de 2012. O texto, em suas 26 páginas, trata de concepções e diretrizes dos IF, vislumbrando que os IF constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, podendo representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento (PACHECO, [2010], p. 24). Este documento obteve uma nova publicação, pela Editora Moderna, em 2011<sup>2</sup>.

Apresentado em forma de artigo, com 9 páginas, *A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica* (PEREIRA, 2009), o autor, Luiz Augusto Caldas Pereira, evidencia ser o diretor de políticas da SETEC. Em seu currículo<sup>3</sup>, possui a informação de que é professor de educação básica, técnica e tecnológica do Instituto Federal Fluminense, instituto originado a partir do CEFET-Campos.

Por fim, o documento intitulado *Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010) apresenta-se de forma semelhante ao texto *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (PACHECO, [2010]). Inclusive pelo título trazer os Institutos Federais como uma inovação na educação profissional e tecnológica brasileira. Apesar de não conter a

---

<sup>1</sup> Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=286&Itemid=798](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=286&Itemid=798)>. Acesso em 19 de fevereiro de 2013.

<sup>2</sup> Disponível em <[dvweb.netmoderna.com.br/webfs/webfs.php?fid=1e5a24dd5204257df7e263dddb43ed6b](http://dvweb.netmoderna.com.br/webfs/webfs.php?fid=1e5a24dd5204257df7e263dddb43ed6b)>. Acesso em 12 mar. 2013.

<sup>3</sup> Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756053A9>>. Acesso em 15 mar. 2013.

autoria, a publicação também é da SETEC/MEC, do ano de 2010. O documento, de 43 páginas, contém bastantes ilustrações de estudantes em laboratórios, indicando estarem vivenciando uma aula prática. Há também fotos que aparecem jovens utilizando um computador, sendo um deles em uma cadeira de rodas.

Nos documentos selecionados é ressaltado que a expansão dos IF garante a presença do Estado nas políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. E que isso demonstra a defesa de que é papel do Estado promover a educação, indo contra as concepções neoliberais que pregam a educação como aspecto não fundamental, portanto não sendo obrigação estatal. A crescente expansão dos Institutos Federais, deflagrada no governo Lula, demonstra que houve uma mudança na ideologia política em comparação ao governo anterior, pois realiza um maior investimento na educação pública. No entanto, é preciso compreender essas ideologias, para que não sejam feitas constatações superficiais. É importante atentar a que tipo de educação está sendo defendida, e a quais princípios está atendendo. Nesse sentido, predispõe-se uma análise dos pressupostos políticos que fundam os discursos sobre a consolidação dos IF, partindo do entendimento que *pressupostos* são ideias não expressas de maneira explícita, mas que podem ser percebidas a partir de certas palavras ou expressões utilizadas.

De forma geral, os discursos políticos analisados são permeados por palavras tais como *inclusão, emancipação, justiça social, cidadania* e similares. Denota-se que os significados trazidos por esses signos linguísticos refletem as questões desejadas pela sociedade. E os discursos utilizam-se desses significados, no entanto, sem demonstrar fundamentos que concretizem a realização desses desígnios. As aspirações não aparecem sendo desenvolvidas em projetos de ação. Ou seja, são objetos de enfeite discursivo, o que facilita a aceitação desses discursos.

Além disso, há, nos discursos, um forte apelo de que os Institutos Federais podem corroborar para a inclusão social emancipatória. No entanto, essa afirmação revela-se superficial, pois não há fundamentos que a sustentem. O que se transparece é o entendimento de que, ao promover desenvolvimento socioeconômico, os IF estariam proporcionando uma emancipação. Essa concepção reduz a emancipação do indivíduo ao desenvolvimento socioeconômico de uma região.



Os discursos hegemônicos que preenchem os tópicos orientadores da formação do professor para a educação profissional e tecnológica garantem estar tratando de uma forma inovadora de educação. Assim, podem-se observar afirmações tais como “compreensão de que a figura central de todo e qualquer processo educativo é o ser humano com suas coerências e incoerências [...]” e “[...] reflexão permanente acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas” (PEREIRA, 2009, p. 8), que são anunciações com apelo estético, porém sem transmitir uma mensagem propriamente dita. O que demonstram que a retórica realiza, nos discursos políticos, uma impressão de que está acontecendo uma inovação educacional, que irá mudar a realidade da educação no país.

Um forte apelo se encontra nos discursos que afirmam que a distribuição dos IF pelo país garante a interiorização da educação. Realmente ocorre uma expansão dos IF em direção à interiorização da educação, contrabalançando a predominância da oferta nas capitais e principais centros urbanos. No entanto, os discursos atribuem aos IF a responsabilidade da melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. E a forma como isso se realizaria seria por meio do desenvolvimento local e regional. Em outras palavras, é dito que os IF, ao qualificarem trabalhadores para atuar em potencialidades locais, estariam desenvolvendo a região economicamente, e conseqüentemente socialmente. Entretanto, o desenvolvimento econômico, no sistema capitalista, não garante o acompanhamento do desenvolvimento social. Uma das principais características do capitalismo é a desigualdade social (ANTUNES, 2002).

Assume-se, nos documentos, que houve um momento, no passado, em que as instituições federais de educação profissional possuíam uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia ditada pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial. A forma como esse discurso aparece tenta evidenciar que essa característica não existe mais, realizando uma crítica ao governo anterior do presidente Lula, ou seja, ao Fernando Henrique Cardoso. Como forma de demonstrar que realmente se trata de uma nova etapa da educação profissional e tecnológica, afirma-se, nos documentos, que os IF se estabelecem na superação da histórica subordinação ao poder econômico. Porém, surgem passagens que ditam ser preocupação dos IF a atual carência de trabalhadores qualificados, devido à exigência do novo contexto do mundo do trabalho. Esse novo contexto é explicado como

sendo decorrente de mudanças de base técnica, com ênfase na microeletrônica. Ou seja, o *toyotismo*<sup>4</sup>, que exige um profissional mais qualificado (ANTUNES, 2002). Assim, transparece-se que, apesar da tentativa de demonstrar que os Institutos Federais não possuem serventia ao mercado de trabalho, a principal preocupação ainda é esta, e o que mudou, apenas, foram as exigências do mercado.

Nesse sentido, explica Duarte (2001, p. 6)

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa, sob a ótica das classes dominantes, ser limitada aos aspectos mais imediatamente atrelados ao processo de reprodução da força de trabalho, evitando-se a todo custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção.

Há, de forma clara, a afirmação que a educação profissional e tecnológica é muito marcada pelo *fazer*, ou seja, pela prática. A formação, por estar imersa neste *locus*, teria atribuída a si uma visão pragmática do conhecimento, como forma de combater um excesso de teoria que não formaria um bom profissional. No entanto, considerando a imersão num Estado capitalista, em que a produção mercadológica define os interesses educacionais, essa curvatura para o pragmatismo corre o risco de não proporcionar o alcance do equilíbrio da questão teoria/prática educacional, comprometendo o desenvolvimento da *práxis*. Afinal, o pragmatismo torna a educação utilitária, dificultando a análise crítica das situações (MORAES, 2003), o que é necessário para se perdurar o sistema capitalista. Nesse sentido, defende-se, aqui, a retomada do debate sobre a importância do desenvolvimento educacional sobre uma forte base teórica, percebendo que o pragmatismo não garante o posterior equilíbrio, pelo contrário, torna a educação instrumento do mercado.

Estas medidas denotam uma nova configuração da educação, com objetivo de desenvolver o país economicamente, por meio da educação que se afina com as necessidades do mercado. Ou seja, um desenvolvimento dentro dos moldes capitalistas, mas retomando o Estado como promotor desse desenvolvimento. Portanto, permanecem

---

<sup>4</sup> Termo utilizado para explicar as novas configurações da produção mercantil, se referindo à prática realizada pela empresa multinacional *Toyota Motor Corporation*.

nas ideologias de classes dominantes, já naturalizadas, que pregam a qualificação profissional do indivíduo como forma de ascender no sistema, sem transformá-lo.

O documento *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*, que traz o IF como uma *revolução* na educação profissional e tecnológica, aponta que a educação foi atingida por políticas neoliberais, mas que, nesse momento de implantação dos IF, o governo estaria indo contra as concepções neoliberais. E que, neste contexto, a educação é vista como política social capaz de emancipar:

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século (PACHECO, [2010], p. 8).

No entanto, ressalta-se que, entre realizar a valorização da educação pública e estabelecer um espaço de crítica à realidade, há uma série de necessidades que não são consideradas nos discursos sobre os IF. Além disso, o trecho citado coloca o indivíduo como responsável pela sua inserção no mundo do trabalho, e pela transformação do mundo, conceitos que trazem a responsabilidade de mudanças para o sujeito individual, característica do discurso neoliberal.

O texto continua, dizendo que se recusam a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, e ao treinamento tecnicista. E, que, nesse sentido, a educação estaria vinculada à construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Logo, o objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas um cidadão para o mundo do trabalho. No entanto, analisando os discursos, chega-se à conclusão que, para enxergar os pressupostos políticos da consolidação dos IF, é preciso observar como *afirmação* o que os discursos trazem como *negação*.

Assim, percebe-se que os Institutos Federais são anunciados como uma novidade, uma inovação, ou até mesmo uma revolução para a educação profissional e tecnológica. Os textos abordam intensivamente sua potencialidade para a transformação e justiça social. Ao mesmo tempo indicam sua prioridade integrada ao capitalismo moderno, de formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país.

Denota-se que a mudança enfatizada, de fato, converge para a nova configuração do trabalho, em tempos de base de produção *toyotista*, substituindo a antiga concepção *fordista/taylorista*<sup>5</sup> (ANTUNES, 2002). Uma mudança, que seria capaz de alterar o metabolismo social do capital, não foi proposta nos discursos. Interessante notar que, apesar de não haver propostas para mudanças desse tipo, há expectativas de resultados de uma transformação social. Ou seja, sem se propor uma verdadeira transformação social, esperam-se resultados transformadores: combate às desigualdades estruturais de toda ordem; garantia de perenidade das ações que visem incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização, entre outros.

Essa expectativa de resultados transformadores também denota uma concepção redentora da educação, e em especial dos Institutos Federais. O que converge à crítica de Frigotto (2010), sobre uma errônea crença de que o Brasil encontra seu caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades, não pelo incentivo ao conflito de classes, mas pela equalização do acesso à escola e pelo alto investimento em educação.

No entanto, a escola, por ser produto de uma sociedade, refletindo suas condições e relações, possui uma atividade contra-hegemônica limitada. Assim, os Institutos Federais não podem anunciar sua responsabilidade com transformações sociais, menos ainda quando se refere à esfera econômica. Habilitar pessoas para o trabalho limita-se em aumentar as chances de empregabilidade e desenvolver o mundo do trabalho. Reconhece-se a importância disto. Mas, para ser alterada, a configuração econômico-social precisa de maiores iniciativas. Defende-se, aqui, que a responsabilidade de uma instituição educativa volte-se para a produção de conhecimento, e que revela criticamente a realidade. A partir desta prerrogativa a escola pode ser a fonte propulsora de um conhecimento da realidade que abranja sua totalidade, suas contradições e seu movimento, de forma que o indivíduo formado tenha condições de movimentar-se pelas diferentes classes sociais e que tenha as ferramentas necessárias para escolher que tipo de sociedade quer viver, e lutar por ela. A formação utilitarista, com vista à empregabilidade e com foco de desenvolvimento do mercado, torna obscura as potencialidades de emancipação do indivíduo.

---

<sup>5</sup> Trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa.

As ideologias indicadas na função dos IF convergem com a análise de Frigotto (2010, p. 20), que afirma que a educação no Brasil foi sendo abstraída das relações de poder, passando a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção da educação constitui-se como um fetiche, sobre a ideia de que uma vez adquirida, independente das relações de classe, seria capaz de operar o milagre da equalização social, econômica e política. Desta forma, os Institutos Federais são anunciados como a resolução de problemas sociais, sem, no entanto, proporem-se a discutir as questões de classe. Nesse sentido, pode-se afirmar que a preeminência do mercado ainda é o foco das ações educacionais.

Mesmo a aparência de a expansão dos Institutos Federais não ser uma medida neoliberal, considerando Frigotto (2010), quando se promove o mercado a *deus regulador* do conjunto das relações sociais, a ideologia fundante é neoliberal. Portanto, em sua essência, encoberta pelos discursos, essa medida não se desvencilha de sua ideologia neoliberal, pois o mercado é posto como definidor da oferta educativa dos Institutos Federais.

### **Considerações Finais**

Ao iniciar a pesquisa, a aparência mais eminente era de que a consolidação dos Institutos Federais significava uma política educacional emancipatória, principalmente para os trabalhadores. Sendo assim, pode-se perceber que os Institutos Federais, em sua concepção política, representam a possibilidade de um novo tipo de educação. Embora o novo indique a relação com outra forma de organização, expansão e oferta, o conjunto de propostas não parece romper com as necessidades do sistema capitalista. Ao contrário, reafirma a lógica de uma sociedade fundada em relações de produções capitalistas.

Esse pressuposto pode ser compreendido a partir do papel histórico dos IF, sua disponibilidade em responder demandas do mercado. Ou seja, os IF estão baseados, politicamente, em discursos que favorecem a ideia de que a educação precisa ser mais pragmática, mais operacional, e, portanto, adaptada às necessidades do mercado, o que pode significar a diminuição de uma construção crítica da realidade.

As mudanças políticas, que incidem na criação e expansão dos Institutos Federais, denotam contradições em relação à política do governo anterior ao governo Lula, resultando

em uma maior expansão do setor público na esfera da educação, que amplia a formação de professores em espaços públicos. No entanto, essas mudanças caracterizam-se como reformas, pois não conseguem romper com uma proposta de educação técnica para uma proposta de educação politécnica.

Foi possível observar que as características dos Institutos Federais buscam responder interesses do mundo da produção, e que a inovação, atribuída aos IF, se aproxima de uma adaptabilidade decorrente das novas necessidades da produção capitalista.

É preciso reconhecer que, o maior acesso à educação, em sinergia com o mundo da produção, proporciona um maior desenvolvimento econômico para o país, o que pode tirar alguns cidadãos de uma vida sem recursos, logo, sem condições de sobrevivência. Mas esse desenvolvimento econômico encontra seus limites na manutenção de um sistema capitalista, que coloca as necessidades do mundo produtivo acima das necessidades humanas. A educação, dentro desses moldes, atende prioritariamente ao mercado. E o atendimento às necessidades da população vem como uma consequência de um mercado aquecido.

Em síntese, a pesquisa documental categorizou três eixos de sustentação para a consolidação dos IF: a) a formação de um novo trabalhador; b) a expansão da rede pública de educação; c) uma proposta de educação comprometida com a cidadania emancipada. Entretanto, esses pressupostos aparecem em todos os documentos carregados de contradições, e, principalmente, sem uma sustentação conceitual orgânica ou mesmo de objetivação concreta voltada a esses fins. Pelo contrário as afirmações, os discursos se contradizem em vários momentos, e em alguns há uma aderência explícita à perspectiva hegemônica de formação adaptativa, pois naturaliza-se que o desenvolvimento econômico tem como consequência linear o desenvolvimento social, e por isso o primeiro deva ser o foco.

Cabe lembrar, ainda, que as considerações dessa pesquisa não podem indicar como ocorre, na prática, a formação dentro dos Institutos Federais, pois isso seria desconsiderar o trabalho dos profissionais que estão inseridos no processo formativo. Partindo deste conceito, os servidores dos Institutos Federais podem trazer, em sua ação, ideários que não compactuam com uma formação pragmática, de acordo com as necessidades do sistema capitalista.

Nesse sentido, a presente pesquisa se aproxima dos pressupostos políticos presentes na normativa que consolida os IF. Desta forma, os profissionais, envolvidos neste processo, poderão ter acesso a uma visão mais apurada dos pressupostos políticos que estão presentes nesta normativa, e assim poderão guiar sua prática de forma mais consciente. Ao elucidar que a consolidação dos Institutos Federais decorre de uma reestruturação produtiva, em direção a uma formação mais pragmática, os servidores dos IF têm condições de enxergar além da aparência do fenômeno. E, ao perceber a essência do fenômeno e suas contradições, provoca-se a elaboração de possíveis caminhos em prol de uma formação crítica e emancipatória. Desta forma, a pesquisa colabora ao trazer a crítica e o conhecimento crítico, que são substanciais para uma prática que altere e transforme a realidade.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNorma.action?numero=7566&tipo\\_norma=DEC&data=19090923&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNorma.action?numero=7566&tipo_norma=DEC&data=19090923&link=s)> Acesso em 03 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3552.htm)> Acesso em: 03 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 03 fev. 2013.

CUNHA, Gregório Maranguape da. Formação dos professores de matemática do IFCE: em busca da identidade profissional docente. 2010. 88p. Relatório científico pós-doutoral. (Pós-doutorado em educação) Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2010.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: Críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Editores Associados, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIA FILHO, Osterne Nonato; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. A Chave do Saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: JIMENEZ, Susana Vasconcelos, RABELO, J. (Orgs). **Trabalho, Educação e Luta de Classes**: a pesquisas em defesa da História. Fortaleza, Ceará: Brasil Tropical, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em 15 mar. 2013.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PACHECO, Eliezer (org.) **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: SETEC/MEC, [2010]. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em 15 mar. 2013.

PEREIRA, Luiz Caldas. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic\\_ept.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf)> Acesso em 18 mar. 2012.

PIRES, Luciene Lima de Assis; FRANCO, Leandro Rezende. A formação de professores no Brasil: o papel das instituições tecnológicas. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO, 23. **Anais eletrônicos...** Jataí, 2007. Disponível em <[revistas.jatai.ufg.br/index.php/acp/article/download/112/106](http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/acp/article/download/112/106)> Acesso em 08 de junho de 2011.



SANTOS, Nelma Ferreira dos. **A formação inicial de professores de Física em centros federais de educação tecnológica:** contribuições e críticas. 2004. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação e Humanidades, UERJ, 2004.

SILVA, Kátia A. Curado P. Cordeiro da. **Professores com formação *stricto sensu* e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia:** realidades, entraves e possibilidades. 2008. 292 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, 2008.

SILVA, Luzimar Barbalho da. **A política de formação inicial de professores e a implementação do componente curricular prática profissional na licenciatura de Geografia do CEFET–RN.** 2006. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN, Natal, 2006.